



ANEXO I - Termo de Referência



Governo Municipal de
MORRINHOS
Trabalho e Compromisso





PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - LEI 14.133/2021

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA O PROJETO "AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE MORRINHOS/CE", nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unid Medida	Quant	V. Unitário	V. Total
01	APITOS DE FUTEBOL <i>Fabricado em plástico ABS, 130 metros de alcance, intensidade sonora de 115 DB, com cerca de 30g.</i>	Unidade	50	74,90	3.745,00
02	BOLA DE FUTEBOL <i>Costurada a mão, fabricada em microfibra, com peso de 430 à 445g, circunferência: 68 a 69,5cm, com câmara de Borracha butílica.</i>	Unidade	120	130,23	15.627,60
03	BOLA DE FUTSAL (COSTURADA) <i>confeccionada em PU, com gomos termo soldados, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 50 cm a 53 cm de circunferência, pesando entre 250 e 280 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, aferida, oficializada pela Confederação Brasileira de Futsal.</i>	Unidade	120	119,50	14.340,00
04	BOLA DE VOLEI DE AREIA <i>Tamanho 5 (oficial), costurada, circunferência: 66 - 68cm, Peso: 260 -280g.</i>	Unidade	70	120,00	8.400,00
05	BRAÇADEIRA DE CAPITÃO TY RY <i>Cerca de 33 cm de comprimento, com 7 cm de largura, ajustável, em material náilon nas cores preta, vermelha e branca.</i>	Unidade	120	12,16	1.216,00
06	CANELEIRAS FUTEBOL DE CAMPO <i>feita em material de Polietileno (material termo plástico), Espuma de EVA (parte interna do produto), peso de aproximadamente 75gr, tamanho único, com revestimento de plástico e espuma macia.</i>	Par	3.000	25,00	75.000,00
07	CHUTEIRAS DE FUTEBOL DE CAMPO COSTURADA <i>chuteira para futebol de campo, feita em couro sintético, costurada, fechamento em cadarço, palmilha removível em EVA, com travas de borrachas, solado em pvc.</i>	Par	3.000	79,90	239.700,00





08	COLETES DE TREINAMENTO DE FUTEBOL (MATERIAL DRY FIT) <i>Coletes de treino de futebol 100% Poliéster, laterais abertos com Elástico na parte Inferior (barra), gola careca com viés, composição 100% Poliéster. Tamanho P - 54cm Altura x 40cm Largura, Tamanho M - 60cm Altura x 42cm Largura, Tamanho G - 63cm Altura x 44cm Largura.</i>	Unidade	600	12,70	7.620,00
09	FITA DE DEMARCAÇÃO PARA VÔLEI DE AREIA (5CMX 8M X 16M) <i>Fita de demarcação para vôlei de areia: fita de 5cm resistente feita em fio de 100% poliéster de alta tenacidade. Pontas reforçadas e cauterizadas para desfiamento e ilhós para passar o gancho metálico. As fitas devem possuir delimitação de área de saque.</i>	Unidade	13	162,05	2.106,65
10	MEIÃO PARA JOGADOR <i>Meião esportivo, composto de poliamida, poliéster e algodão, tamanho 39/44, cano longo.</i>	Par	4.200	30,90	129.780,00
11	PAR DE REDES DE FUTSAL DE SEDA OFICIAL <i>PAR DE REDES DE FUTSAL DE SEDA OFICIAL, confeccionada em polietileno (nylon) de filamento contínuo de 4.0 mm, malha de 12 x 12 cm, na cor branca, medindo entre 3,0 e 3,20 m de comprimento, entre 2.0 m a 2,20 m de altura, com profundidade inferior de 1,0 m e superior de 0,48 m.</i>	Par	20	320,00	6.400,00
12	REDE DE VÔLEI DE AREIA 8,5X1M <i>Rede de vôlei de areia 8,5x1m: confeccionada com polietileno 2mm 100% virgem e com tratamento Anti-UV. Borda: Poliéster com cordas e ilhós de latão. Garantia Contra defeitos de fabricação.</i>	Unidade	13	172,30	2.239,90
13	REDE PARA FUTEBOL DE CAMPO <i>Rede para Futebol de Campo tamanho Padrão (7,50m largura, 2,50 altura, 0,88m de profundidade superior, 1,80m de profundidade inferior. Fio 4mm de Nylon, Composição: 100% Polietileno.</i>	Par	20	317,00	6.340,00
14	RESERVATÓRIO DE ÁGUA TERMICO (12L) <i>Capacidade: 12L, Utilidade: Esporte, campo e lazer Bocal que facilita a colocação de gelo. Pés retráteis. Conservação térmica de líquidos frios e quentes. Conservação térmica de no mínimo 10 horas. Isolamento térmico com espuma de PU (poliuretano), livre de CFC. - Material não tóxico e reciclável.</i>	Unidade	20	190,00	3.800,00
15	TENIS DE FUTSAL (COSTURADO)	Par	1200	100,00	120.000,00

9





	<i>indicado para Jogo de Futsal; Material: Sintético; Cabedal: Material Sintético; Solado: Borracha. Tamanhos diversos.</i>				
16	UNIFORME PARA FUTEBOL (CAMISETA + SHORT) <i>UNIFORMES, Uniforme esportivos - Especificação: camisa e calção no dry fit, 100% sublimado em diversas cores, com logotipo do Município, e arte a ser definida posteriormente. Contendo cada conjunto 20 unidades (Tamanhos entre PP ao GG)</i>	Kit	120	1.000,00	120.000,00
17	UNIFORMES (CAMISAS E CALÇÕES) PARA FUTSAL <i>Uniforme esportivos - Especificação: camisa e calção no dry fit, 100% sublimado em diversas cores, com logotipo do Município, e arte a ser definida posteriormente. Contendo cada conjunto 12 unidades. (Tamanhos entre PP ao GG)</i>	Kit	60	789,00	47.340,00
18	UNIFORMES (CAMISAS E CALÇÕES) VÔLEI DE AREIA <i>Kit Uniformes para vôlei de areia (camiseta + short): kit personalizado de Vôlei, tecido dry fit com proteção solar e impressão digital de alta qualidade. Personalização e arte serão definidas no ato da compra. (Tamanhos entre PP ao GG). Kit com 6 ternos completos.</i>	Kit	25	848,00	21.200,00
19	CARTAZ PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS 32X42CM <i>Cartaz para divulgação: impressão de cartaz para divulgação de eventos, 32x42cm, papel couché 120g com brilho, o que aumenta a resistência a fatores externos.</i>	Unidade	500	1,10	550,00
20	IMPRESSÃO DE BANNERS MEDINDO 5X3 <i>Impressão de Banner medindo 5x3 metros, com logomarca e arte a ser definida posteriormente, a impressão será feita em lona eletrostática, policromia, com bastões, ponteira e corda.</i>	Unidade	4	330,00	1.320,00
21	PANFLETOS PARA DIVULGAÇÃO EM PAPEL COUCHE 150g <i>Panfletos para divulgação em papel couche 150g brilho: mais espesso, tamanho 148x210mm A5, com diagramação arte a combinar na solicitação do serviço</i>	Unidade	2.000	0,40	800,00

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

g





O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da assinatura do termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA O PROJETO "AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE MORRINHOS/CE".

A prática regular de atividades físicas e esportivas é fundamental para a promoção da saúde e bem-estar da população. Com o objetivo de incentivar a prática esportiva e promover a inclusão social, a prefeitura de Morrinhos e o Ministério do Esporte estão empenhados em adquirir materiais esportivos que irão possibilitar a realização de diversas atividades esportivas para a população.

A aquisição desses materiais esportivos irá proporcionar oportunidades para que os munícipes possam se engajar em práticas esportivas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a prevenção de doenças relacionadas ao sedentarismo. Além disso, a prática esportiva também promove a inclusão social, o convívio comunitário e o desenvolvimento de habilidades físicas e sociais, contribuindo para a formação de cidadãos mais saudáveis e ativos.

Dessa forma, a iniciativa de adquirir materiais esportivos para a população de Morrinhos de mostra o compromisso da prefeitura e do Ministério do esporte com a promoção da saúde, do bem estar e da qualidade de vida dos munícipes, incentivando a prática esportiva como um meio de transformação social e de promoção da cidadania.

A presente demanda está prevista no Plano de Contratações Anuais para o exercício de 2024, de acordo com a Lei Nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 01/2024 (regulamenta a Lei Nº 14.133/2024 no Município) e Decreto Municipal Nº 03/2024 (regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anuais no âmbito do Município de Morrinhos-CE).

LEVANTAMENTO DE MERCADO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.
- c) Para atender a demanda objeto desta contratação, e tendo em vista os tipos de soluções disponíveis no mercado, coube a Secretaria Municipal de Educação buscar os meios, e ferramentas possíveis para a escolha do melhor material que apresente aspectos de conveniência, economicidade e custo benefício e qualidade do material.





Assim a solução escolhida foi à realização a pesquisa junto a diversos fornecedores, com visualização de propostas e análises dessas, observando os aspectos já mencionados.

Para o fornecimento do objeto existem um número significativo de fornecedores existentes no mercado nacional, regional e local, que oferecem o item em estudo dentro das especificações solicitadas.

A Pesquisa de Preços para estimativa do valor médio global a ser aceito na licitação terá por base um Mapa de Preços a ser elaborado, com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 07 de julho de 2021 do Ministério da Economia.

As comprovações das pesquisas de preços será parte integrante desse instrumento.

A solução para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA O PROJETO "AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE MORRINHOS/CE", se dará através de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, preservando dessa forma a competitividade.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

*O prazo de entrega dos bens é de **15(quinze) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de compras nos quantitativos discriminados nesta.*

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Joaquim Coriolano Rocha, S/N, Centro em Morrinhos, Estado do Ceará.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

[Assinatura]





O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na



impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9





FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.





As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 827.461,15 (Oitocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme custos unitários apostos os autos do processo.

[Assinatura]




ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


As despesas deste contrato correrão por conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) nº(s), Elemento(s) de Despesa e Fonte(s) de Recurso(s) abaixo:

ÓRGÃO COMPETENTE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ORIGEM RECURSOS	DOS	ELEMENTO/ SUBELEMENTO DE DESPESAS
0501	27.812.0035.2.021	1.500000000 1.700000000		3.3.90.30.00 3.3.90.39.00

Morrinhos/CE, 01 de Outubro de 2024.


Francisca Girliane Araújo Teixeira
Secretária de Educação, Cultura e Desporto


Ana Kesley Soeiro
Presidente (a) - Comissão de Planejamento


Maria Eli Araújo
Agente Demandante





Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar



Governo Municipal de
MORRINHOS
Trabalho e Compromisso





ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A prefeitura de Morrinhos-CE e o Ministério do Esporte têm como objetivo fomentar a prática de atividades físicas na população local, visando a melhoria da saúde e qualidade de vida dos munícipes. A aquisição de materiais esportivos é essencial para proporcionar as atividades esportivas e promover a inclusão social, bem-estar e qualidade de vida na comunidade. A contratação deste objeto é fundamental para atender às necessidades da população e garantir o cumprimento da lei de licitações.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual - PCA

A prefeitura de Morrinhos-CE inclui em seu plano de contratação anual a aquisição de materiais esportivos para fomentar a prática de atividades físicas e promover a saúde e qualidade de vida da população local, em conformidade com a nova lei de licitação 14.133.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1 O presente estudo tem por objetivo apontar os fundamentos para Execução do Projeto de Incentivo ao Esporte no Município de Morrinhos-CE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e anexos.

3.2 A contratação pretendida visa prover as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do município de Morrinhos.

3.3 Trata-se de bens essenciais para desenvolvimento Projeto de Incentivo ao Esporte aos Morrinhenses no exercício de 2024.

3.5 Requisitos da Contratação.

3.5.1 Consiga entregar os produtos e serviços dentro dos prazos e em consonância ao acordo de nível de serviço estabelecido;

3.5.2. Mantenha as informações da CONTRATANTE, a que tem acesso, sob sigilo;

3.5.3. Deverá aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT/NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;

3.5.4. Planeje previamente suas atividades;

3.5.5. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.5.6. Deverá adquirir materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de





SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis.

3.5.7. Proponha soluções baseadas nas necessidades da CONTRATANTE e nas melhores práticas de mercado e de acordo com as recomendações dos fabricantes das soluções;

3.5.8. Documente e mantenha atualizado o registro das atividades desempenhadas na CONTRATANTE;

3.5.9. Todos esses requisitos têm como objetivo a entrega de produtos e serviços com qualidade preestabelecida e dentro do prazo acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

3.5.10. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado;

3.5.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Edital.

3.5.12. A Contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade e quantidade de todos os produtos fornecidos, que deverão estar sempre dentro dos padrões e normas que regem o setor. Caso não ofereçam a qualidade exigida pelo Município de Morrinhos, serão rejeitados, arcando a EMPRESA CONTRATADA com todas as expensas / ônus do fato.

4. Estimativas das quantidades a serem contratadas

4.1 A quantidade foi estimada levando em consideração o planejamento para o exercício de 2024, bem como os quantitativos contidos no Convênio Ministério do Esporte nº 177/2023 – Transferegov.br nº 954516/2023 (Proposta Nº 070033/2023), em anexo, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid Medida	Quant
01	APITOS DE FUTEBOL <i>Fabricado em plástico ABS, 130 metros de alcance, intensidade sonora de 115 DB, com cerca de 30g.</i>	Unidade	50
02	BOLA DE FUTEBOL <i>Costurada a mão, fabricada em microfibras, com peso de 430 à 445g, circunferência: 68 a 69,5cm, com câmara de Borracha butílica.</i>	Unidade	120
03	BOLA DE FUTSAL (COSTURADA) <i>confeccionada em PU, com gomos termo soldados, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 50 cm a 53 cm de circunferência, pesando entre 250 e 280 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, aferida, oficializada pela Confederação Brasileira de Futsal.</i>	Unidade	120
04	BOLA DE VOLEI DE AREIA <i>Tamanho 5 (oficial), costurada, circunferência: 66 -68cm, Peso: 260 -280g.</i>	Unidade	70





SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

05	BRAÇADEIRA DE CAPITÃO TY RY <i>Cerca de 33 cm de comprimento, com 7 cm de largura, ajustável, em material náilon nas cores preta, vermelha e branca.</i>	Unidade	120
06	CANELEIRAS FUTEBOL DE CAMPO <i>feita em material de Polietileno (material termo plástico), Espuma de EVA (parte interna do produto), peso de aproximadamente 75gr, tamanho único, com revestimento de plástico e espuma macia.</i>	Par	3.000
07	CHUTEIRAS DE FUTEBOL DE CAMPO COSTURADA <i>chuteira para futebol de campo, feita em couro sintético, costurada, fechamento em cadarço, palmilha removível em EVA, com travas de borrachas, solado em pvc.</i>	Par	3.000
08	COLETES DE TREINAMENTO DE FUTEBOL (MATERIAL DRY FIT) <i>Coletes de treino de futebol 100% Poliéster, laterais abertos com Elástico na parte Inferior (barra), gola careca com viés, composição 100% Poliéster. Tamanho P - 54cm Altura x 40cm Largura, Tamanho M - 60cm Altura x 42cm Largura, Tamanho G - 63cm Altura x 44cm Largura.</i>	Unidade	600
09	FITA DE DEMARCAÇÃO PARA VÔLEI DE AREIA (5CMX 8M X 16M) <i>Fita de demarcação para vôlei de areia: fita de 5cm resistente feita em fio de 100% poliéster de alta tenacidade. Pontas reforçadas e cauterizadas para desfiamento e ilhós para passar o gancho metálico. As fitas devem possuir delimitação de área de saque.</i>	Unidade	13
10	MEIÃO PARA JOGADOR <i>Meião esportivo, composto de poliamida, poliéster e algodão, tamanho 39/44, cano longo.</i>	Par	4.200
11	PAR DE REDES DE FUTSAL DE SEDA OFICIAL <i>PAR DE REDES DE FUTSAL DE SEDA OFICIAL, confeccionada em polietileno (nylon) de filamento contínuo de 4.0 mm, malha de 12 x 12 cm, na cor branca, medindo entre 3,0 e 3,20 m de comprimento, entre 2.0 m a 2,20 m de altura, com profundidade inferior de 1,0 m e superior de 0,48 m.</i>	Par	20
12	REDE DE VÔLEI DE AREIA 8,5X1M <i>Rede de vôlei de areia 8,5x1m: confeccionada com polietileno 2mm 100% virgem e com tratamento Anti-UV. Borda: Poliéster com cordas e ilhós de latão. Garantia Contra defeitos de fabricação.</i>	Unidade	13
13	REDE PARA FUTEBOL DE CAMPO <i>Rede para Futebol de Campo tamanho Padrão (7,50m largura, 2,50 altura, 0,88m de profundidade superior, 1,80m de profundidade inferior. Fio 4mm de Nylon, Composição: 100% Polietileno.</i>	Par	20
14	RESERVATÓRIO DE ÁGUA TERMICO (12L) <i>Capacidade: 12L, Utilidade: Esporte, campo e lazer Bocal que facilita a colocação de gelo. Pés retráteis. Conservação térmica de líquidos frios e quentes. Conservação térmica de no mínimo 10 horas. Isolamento térmico com espuma de PU (poliuretano), livre de CFC. - Material não tóxico e reciclável.</i>	Unidade	20





15	TENIS DE FUTSAL (COSTURADO) <i>indicado para Jogo de Futsal; Material: Sintético; Cabedal: Material Sintético; Solado: Borracha. Tamanhos diversos.</i>	Par	1200
16	UNIFORME PARA FUTEBOL (CAMISETA + SHORT) <i>UNIFORMES, Uniforme esportivos - Especificação: camisa e calção no dry fit, 100% sublimado em diversas cores, com logotipo do Município, e arte a ser definida posteriormente. Contendo cada conjunto 20 unidades (Tamanhos entre PP ao GG)</i>	Kit	120
17	UNIFORMES (CAMISAS E CALÇÕES) PARA FUTSAL <i>Uniforme esportivos - Especificação: camisa e calção no dry fit, 100% sublimado em diversas cores, com logotipo do Município, e arte a ser definida posteriormente. Contendo cada conjunto 12 unidades. (Tamanhos entre PP ao GG)</i>	Kit	60
18	UNIFORMES (CAMISAS E CALÇÕES) VÔLEI DE AREIA <i>Kit Uniformes para vôlei de areia (camiseta + short): kit personalizado de Vôlei, tecido dry fit com proteção solar e impressão digital de alta qualidade. Personalização e arte serão definidas no ato da compra. (Tamanhos entre PP ao GG). Kit com 6 ternos completos.</i>	Kit	25
19	CARTAZ PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS 32X42CM <i>Cartaz para divulgação: impressão de cartaz para divulgação de eventos, 32x42cm, papel couché 120g com brilho, o que aumenta a resistência a fatores externos.</i>	Unidade	500
20	IMPRESSÃO DE BANNERS MEDINDO 5X3 <i>Impressão de Banner medindo 5x3 metros, com logomarca e arte a ser definida posteriormente, a impressão será feita em lona eletrostática, policromia, com bastões, ponteira e corda.</i>	Unidade	4
21	PANFLETOS PARA DIVULGAÇÃO EM PAPEL COUCHE 150g <i>Panfletos para divulgação em papel couche 150g brilho: mais espesso, tamanho 148x210mm A5, com diagramação arte a combinar na solicitação do serviço</i>	Unidade	2.000

5. Levantamento de mercado

5.1 Objetivando estabelecer as características dos bens a serem adquiridos foi realizada análise do mercado de fornecimento de Aquisição de Material Esportivo. Desse modo, constatou-se que o fornecimento é feito por fornecedoras de produtos Esportivos.

6. Estimativa do valor da contratação.

O valor estimado da contratação é de R\$ 827.461,15 (Oitocentos e Vinte e Sete Mil, Quatrocentos e Sessenta e Um Reais e Quinze Centavos), que foi baseado na proposta 070033/2023 do Ministério do Esporte que subsidiou o convênio Nº 177/2023.

7. Descrição da solução como um todo





SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Os produtos adquiridos deverão ser entregues diretamente no local indicado na Autorização de Fornecimento.

O (s) bem (s) objeto deste instrumento deverá (ão) ser entregue (s) acompanhado (s) de nota (s) fiscal (is) distinta (s), ou seja, de acordo com a Autorização de Fornecimento, constando o número do Processo, número da respectiva Autorização de Fornecimento.

É de inteira responsabilidade do vendedor o transporte do objeto da licitação para o local designado na Autorização de Fornecimento.

Qualquer avaria do produto ocasionado pelo transporte, não será aceito e o mesmo devolvido imediatamente.

O produto deverá estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos art. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

No preço estão inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, instalação, mão de obra, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, despesas com custo, descarga, seguro e frete, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

Todas as despesas relacionadas com a execução do objeto correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

Fica assegurado à Secretaria Municipal, o direito de, a qualquer tempo, proceder à avaliação do objeto deste procedimento, bem como, solicitar amostras e quaisquer documentos pertinentes aos mesmos

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A licitação pública é um processo seletivo mediante o qual a Administração Pública oferece igualdade de oportunidade a todos os que com ela queiram contratar, preservando a equidade no trato do interesse público, tudo a fim de cotejar propostas para escolher uma ou algumas delas. Por fim, a execução do objeto será realizada de forma parcelada, ou seja, em conformidade com o princípio do parcelamento, a contratação será por item, e visa melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, além da ampliação da competitividade. A competição por itens favorece a competitividade, fazendo com que torne-se possível a administração pública obter valores mais vantajosos em suas contratações.

9. Resultados pretendidos

Pretende-se, com o presente processo, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.





SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Os resultados culminam no atendimento da necessidade do município em garantir a manutenção ininterrupta do serviço de alimentação dos estudantes da rede municipal de ensino.

10. Providências a serem adotadas;

Será previsto no edital e no contrato o servidor para fiscalização, de acordo com sua área técnica, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento do objeto do contrato, que poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços/objetos.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não há necessidade de contratações correlatas.


12. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Em observância à promoção do desenvolvimento sustentável, as especificações para a aquisição de bens buscam atender critérios de sustentabilidade ambiental os materiais/bens a serem adquiridos não causam impactos ambientais significativos, pois os botijões serão reutilizados. No entanto, a contratada deverá atender as exigências e normas relativas aos impactos ambientais, descritas neste instrumento.

13. Declaração de viabilidade.

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita mencionada, ou seja, contratação de empresa para aquisição dos produtos em tela descritos, mostra-se possível e tecnicamente necessária, bem como, diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida para o presente objeto.

Morrinhos/CE, 18 de Setembro de 2024.


Francisca Girliane Araújo Teixeira
Secretária de Educação, Cultura e Desporto


Ana Kesley Soeiro
Presidente (a) - Comissão de Planejamento





SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

MAPA DE RISCOS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INCENTIVO AO ESPORTE NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS - CE, OBJETO DO CONVÊNIO 177/2023- MINISTÉRIO DO ESPORTE

MAPA DE RISCO PARA A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ETAPA:	FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA		
RISCO:	Especificação deficiente da demanda		
DANO:	Contratação e execução deficiente do objeto		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Média	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, locais de execução, quantidade e prazo de início.		
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Havendo erro, devolver para complementação das informações.		
RESPONSÁVEL	SETOR DEMANDANTE		

ETAPA:	CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Baixa	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Adotar lista de verificação dos procedimentos a serem tomados para o planejamento de contratação		
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.		
RESPONSÁVEL	AUTORIDADE COMPETENTE		

ETAPA:	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES		
RISCO:	Estudos preliminares deficientes		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Alta	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.		
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares		
RESPONSÁVEL	EQUIPE DE PLANEJAMENTO		







ETAPA:	ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Falha na elaboração do Termo de Referência		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Alta	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Propor lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos no INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Revisão do termo de referência e incluir as instruções ausentes.		
RESPONSÁVEL	EQUIPE DE PLANEJAMENTO		

ETAPA:	APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência da aprovação do Termo de Referência		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Baixa	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação com item de aprovação do TR pela autoridade competente.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.		
RESPONSÁVEL	ORDENADOR DE DESPESA.		

Morrinhos - CE, 18 de Setembro de 2024.


Francisca Girliane Araújo Teixeira
Secretária de Educação, Cultura e Desporto


Ana Kesley Soeiro
Presidente da Comissão de Planejamento


Maria Eli Araújo
Agente Requisitante

